

IX COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS

Movimento Brasil Livre e Vem Pra Rua: uma análise marxista dos “movimentos sociais” de direita no atual contexto brasileiro

Diego Batista Rodrigues de Oliveira*

Introdução

Neste trabalho, buscamos apresentar algumas características do Movimento Brasil Livre (MBL) e do Vem Pra Rua (VPR) a partir do esforço, empreendido no interior do marxismo, de resgatar a centralidade das classes e da luta de classes para analisar os conflitos sociais modernos. Dessa maneira, apoiamo-nos na perspectiva de que os “movimentos sociais” podem ser compreendidos como formas de expressão político-ideológica das classes na conjuntura, assim como, salvo suas particularidades, os partidos e sindicatos. Isto posto, levantamos a hipótese de que o MBL e o VPR, podem ser pensados enquanto “movimentos sociais”, já que estes não estão restritos àqueles grupos cujas bandeiras dizem respeito ao trabalho ou a reprodução da força de trabalho, mas também podem ser empreendidos por determinadas frações das classes médias na forma de *movimentos-apoio* às classes dominantes que disputam posições hegemônicas no interior do bloco no poder.

Portanto, organizamos o trabalho em três tópicos: a fundamentação teórica para pensarmos os movimentos enquanto expressões das práticas de classe e, conseqüentemente, os *movimentos-apoio*; a formação e as características do MBL e VPR; e suas contradições após o golpe de 2016.

1. Classes médias em movimento: “movimentos-apoio”

A partir do ano de 2015, os movimentos organizados em torno de concepções liberais e conservadoras, adquiriam grande visibilidade nas redes sociais e nos meios de comunicação tradicionais, quando passaram a organizar, com sucesso, protestos em que reivindicavam o fim da corrupção e o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, reeleita nas eleições do ano anterior.

A presença acentuada de setores das classes médias nas manifestações organizadas por esses grupos, trouxe à tona o debate sobre os “movimentos sociais” pensados para além das pautas progressistas e de esquerda. Em vista disto, surge a necessidade de retomar o debate sobre as classes sociais para pensar os conflitos sociais modernos. E, nesse sentido, o debate poulantziano sobre a autonomia relativa das instâncias econômica, política e ideológica, lança luz para pensarmos os “movimentos sociais” enquanto expressão das práticas de classes, assim como, guardadas as devidas particularidades, os partidos e sindicatos (Machado, 2015).

Contudo, não basta destacar a relevância da oposição entre as classes, para pensar os conflitos sociais, já que estes não refletem uma simples polarização entre capital e trabalho. Como observa Galvão (2011), há uma multipolarização que leva em consideração os interesses de uma classe trabalhadora, pensada em seu sentido *lato*, a condição em que a força de trabalho é

* Pós-graduando, discente do programa de mestrado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e colaborador do GEPAL – Grupo de Estudos de Política da América Latina (GEPAL).

vendida e a distinção entre os tipos de trabalhos realizados, manual e não manual, produtivo e improdutivo, assalariado e não assalariado, de direção e execução.

Os conflitos sociais devem ser entendidos, enquanto “manifestações de contradições estruturais, agravadas por problemas conjunturais”, por isso é necessário articular estrutura e conjuntura para explicar em que sentido as classes se movimentam (Galvão, 2011, p.112). Dessa forma, leva-se em consideração o fato de que os dominados também podem empreender mobilizações conservadoras e reacionárias.

Desta maneira, apoiamo-nos no argumento de Poulantzas (1975), no qual afirma que as classes sociais são definidas a partir de suas práticas sociais, ou seja, o lugar que ocupam no conjunto da divisão social do trabalho, que, por sua vez, compreendem as relações políticas e ideológicas. Isto implica considerar que as classes não existem *a priori* enquanto tais, mas são determinadas a partir de suas práticas – lutas – de classe, que se dão no âmbito político e ideológico. Nesse sentido, a perspectiva da autonomia relativa das instâncias, nos permite estabelecer a diferença entre “determinações de classe” (lugar que ocupa nas relações de produção) e “posições de classe” (posicionamento político e ideológico) na conjuntura. Assim, um “movimento” que articula suas demandas, p. ex., em torno das “identidades” - instância ideológica - não está apartado das suas determinações de classe que se dão principalmente, mas não exclusivamente, nas relações de produção.

Machado (2015) chama a atenção para o fato de se considerar os efeitos da combinação das instâncias dos modos de produção que repercutem nos efeitos das estruturas da formação social sobre seus “apoios” ou “suportes” (as classes desta formação), que podem provocar fracionamentos, dissoluções ou fusões de classe. Por esse motivo, uma análise científica das relações de classe numa determinada conjuntura não pode ser reduzida às relações entre partidos ou sindicatos, pois os limites das práticas políticas de classe não se restringem às práticas partidárias ou sindicais. Desse modo, quando o autor propõe, conceitualmente, pensar os movimentos sociais enquanto relações defasadas de classe, isso não significa reduzir às relações de classe aos “movimentos” e nem os “movimentos” às relações de classe.

Ao tratar, portanto, os movimentos enquanto expressões defasadas de classe em determinada conjuntura política, reafirma-se a ideia de que os “movimentos sociais” não são exclusividade dos interesses dos explorados e oprimidos, mas que podem servir aos objetivos das classes dominantes. Essa possibilidade é permitida pela própria autonomia relativa do Estado burguês, que apesar de funcionar como um instrumento de organização política das classes dominantes e de desorganização das classes exploradas, não consegue atender o conjunto dos interesses particulares das frações não hegemônicas que compõem o bloco no poder e, por vezes, se vê obrigado a ceder aos interesses imediatos das classes dominadas.

Para compreendermos os “movimentos” enquanto relações defasadas de classe numa formação social específica, é necessário considerarmos alguns pontos: a) nem todos os conflitos sociais remetem a confrontos de classe, embora derivem da luta de classes; b) como o “movimento” atua sob certos limites determinados pelas estruturas, ele não representa os interesses da classe como um todo; c) as lutas empreendidas pelas classes de uma formação social ocorrem através de representações, p. ex., a luta por moradia não diz respeito apenas a questão da moradia, intrínseco a ela há outros fatores intrincados (trabalho, saúde, educação etc.).

Sobre o conceito de “movimentos-apoio”, apesar de ser elaborado a partir de uma digressão do conceito poulantziano de “classe-apoio”, ele adquire contornos distintos. Como demonstrado por Machado (2017, p.3): diferentemente do proposto por Poulantzas, tal apoio não se trata apenas de “pura ilusão ideológica”, “uma vez que, sob o neoliberalismo, há interesses materiais envolvidos como, por exemplo, a preservação de determinados privilégios para as classes médias”.

2. Movimento Brasil Livre e Vem Pra Rua

O Vem Pra Rua (VPR) e o Movimento Brasil Livre (MBL) foram os grupos que adquiriram maior relevância no espectro político da direita. Transpondo as ruas e as redes sociais, suas lideranças ganharam espaço nos meios de comunicação tradicionais. Os movimentos também formaram alianças, diretas e/ou indiretas, com partidos e políticos opositores aos governos petistas, além de conquistarem seus primeiros cargos eletivos nas eleições municipais do ano de 2016.

Contudo, suas atuações são marcadas por contradições, devido ao tipo de relação que estabelecem com *think tanks* norte-americanas, suas formas de financiamento, a ligação que possuem com políticos envolvidos em escândalos de corrupção, o apoio às contrarreformas do governo de Michel Temer (MDB), após a queda de Dilma Rousseff, além de outros fatores que geram críticas da oposição e questionamentos por parte da imprensa.

O Movimento Brasil Livre (MBL) foi o grupo que mais se destacou nas redes sociais e na mídia tradicional¹. Originário dos quadros do Estudantes Pela Liberdade (EPL), o movimento foi criado em junho de 2013, no calor das manifestações iniciadas pelo Movimento Passe Livre na cidade de São Paulo, mas começou a se destacar apenas em novembro de 2014, quando passou a promover os protestos contra o Partido dos Trabalhadores.

O MBL surgiu definindo-se enquanto apartidário (BARBOSA, 2016), contudo, após ganhar expressividade durante os protestos contra a corrupção e os governos petistas, sua relação com os partidos políticos mudou. O movimento passou a se posicionar de forma suprapartidária, rechaçando todos os partidos situados no espectro político da esquerda, e reforçou suas alianças com os partidos “neutros”, inclusive aqueles envolvidos em escândalos de corrupção.

Outro fator importante a se destacar são os resultados “positivos” obtidos pelo movimento devido à forma como organiza sua atuação política. Com uma tática de “guerra” para intervir em comunidades virtuais e outros espaços, o movimento passou a atuar em diversas frentes. Ao considerar esse embate uma “batalha pela hegemonia política”, o MBL passou a articular suas filiais para realizarem “ataques coordenados”, pois, segundo o grupo, a defesa de seu “ideário”, bem como a mútua cooperação, faz a diferença no jogo político (MBL, 2015, p. 25).

Além da defesa dos pressupostos liberais, o movimento passou a atuar em outra frente que ficou conhecida como “guerras culturais”. Utilizando-se de um discurso punitivista e contrário às bandeiras de movimentos LGBT, Feministas, Negro etc., encontrando, assim, um meio de atrair setores conservadores, do ponto de vista da moralidade e dos costumes, às causas liberais.

¹ Atualmente o grupo possui mais de 2 milhões e 600 mil seguidores em sua página oficial do *facebook*, 1 milhão a mais do que o Vem Pra Rua.

O Vem Pra Rua (VPR), por sua vez, surgiu em setembro de 2014, a partir da iniciativa dos empresários Rogério Chequer e Colin Butterfield. Motivados pelos efeitos negativos que as “Jornadas de Junho” exerceram sobre o índice de aprovação do governo federal² e pela deflagração da operação “Lava Jato”, iniciada em março daquele ano, responsável por investigar crimes de corrupção envolvendo políticos e a empresa estatal Petrobras, os idealizadores do movimento tinham o propósito de convocar a população às ruas a fim de influenciar a opinião pública durante a corrida presidencial.

O grupo surgiu com o objetivo central de impedir a reeleição de Dilma Rousseff. Sob a bandeira da “alternância de poder” no âmbito do governo federal, defendida como característica fundamental de uma democracia “saudável” e orientado pela luta contra a corrupção, convocou suas primeiras manifestações durante a corrida presidencial do ano de 2014.

O que permitiu com que o VPR continuasse atuando politicamente fora das instituições políticas tradicionais, foi o fato de o movimento, ao término das eleições daquele, já contar com uma ampla rede de contatos – no âmbito político e empresarial – e uma inserção significativa nas redes sociais, possibilitando ao grupo espaço de destaque na mídia tradicional e entre os opositores do governo federal.

Uma das características do movimento se refere à relação que estabelece com suas “bases”, constituídas, conforme definição de seus líderes, por “voluntários”. Segundo Chequer e Butterfield (2016), o VPR chegou a contar com cerca de 5 mil voluntários. Apesar de se embasar em uma ideologia de caráter liberal, de defesa do “Estado mínimo”, o VPR não realiza trabalho de formação com os seus “voluntários”. Mesmo assim, o movimento se organiza em torno de uma estrutura hierárquica, onde a escolha de suas lideranças ocorre por meio de um processo meritocrático que dá espaço àqueles que se destacam e se alinham à ideologia proclamada pelo grupo.

Entre os elementos que diferenciam o MBL do VPR está a forma como ambos se organizam. O VPR, se estrutura em torno de um modelo de governança corporativa apoiada no voluntarismo. O MBL, por sua vez, está preocupado com a formação de seus militantes em torno das ideias de “liberdade”. Os movimentos também se relacionam distintamente com os partidos e políticos. Enquanto o MBL lança candidatos “próprios” para concorrer a cargos eletivos e apoia abertamente diversos políticos, o VPR adota uma postura mais reservada, não apoiando políticos e desligando do movimento aqueles que decidam concorrer a algum cargo, como é o caso de sua principal liderança, Rogério Chequer, que se desligou do grupo para poder concorrer nas eleições de 2018.

3.1 O suporte das classes médias e a atuação pós-golpe

A literatura recente que aborda os motivos do suporte dado por setores das classes médias às manifestações convocadas pelos movimentos em questão, parte da perspectiva de que os principais elementos agregadores aos protestos foram a crítica ao PT e a luta contra a corrupção. Os fatos que respaldam esta perspectiva se baseiam na proposição de que grande parte dos indivíduos que foram às ruas manifestar suas insatisfações, não o fizeram necessariamente por

² Segundo o Instituto Datafolha, no período que coincide com os protestos de junho de 2013, a avaliação positiva do governo de Dilma Rousseff teve uma queda de 27%. Apenas 30% consideravam a gestão da petista ótima ou boa, ante os 57% que tinham esta percepção, registrados no início do mesmo mês. O índice daqueles que desaprovavam o governo subiu de 9% para 25% no mesmo período. Cf. datafolha.com.br. Acesso: 15 de mai. 2017.

se enquadrarem ou apoiarem as principais pautas sustentadas pelos movimentos organizadores dos atos, pautas estas que estão relacionadas, sobretudo, à defesa de um Estado mínimo e o progressivo aumento da participação do setor privado em áreas passíveis de serem privatizadas, como saúde, educação etc.

Contudo, é importante ressaltarmos a existência de uma aproximação de determinados setores das classes médias às políticas neoliberais, o que não significa um apoio incondicional a todo o programa neoliberal, uma vez que quando está em risco as condições de trabalho e de sobrevivência desses segmentos, estes exigem a intervenção estatal (SAES, 2001; BOITO, 2002).

Segundo Cavalcanti (2015), outro elemento que teria influenciado a oposição ao governo assumida pela camada mais alta da classe média, são os impactos socioeconômicos negativos sentidos nos últimos anos. Mas estes não devem ser reduzidos a um cálculo utilitarista de perdas e ganhos, pois o econômico deve ser concebido concomitantemente enquanto estrutura determinada e determinante na relação que estabelece com as estruturas políticas e ideológicas. Assim, “mesmo que existam possíveis perdas em termos de renda, o impacto econômico só pode ser avaliado por perturbações ideológicas e simbólicas que atingem um modo de vida de classe média” (*ibidem*, p. 184)

Em relação aos grupos em questão, após a queda definitiva de Dilma, o VPR e o MBL focaram em sustentar sua relevância no campo da direita e nos setores mais conservadores das classes médias. Para tanto, buscaram manter vivas suas bandeiras através da atuação nas redes sociais, de convocação de novas manifestações, da intervenção para deslegitimar mobilizações de caráter progressista e/ou lançando candidaturas próprias para cargos políticos institucionais. A forte crítica ao PT e aos partidos de esquerda continuou sendo um elemento norteador, mesmo após os desdobramentos da Operação Lava Jato, que revelou o envolvimento de diversos políticos e partidos, situados no espectro político da direita, nos escândalos de corrupção.

Entre as principais características compartilhadas por ambos, estão a defesa de pautas econômicas liberais, o sentimento “antipetista”, a “crítica” à corrupção e o apoio às contrarreformas colocadas na “ordem do dia” pelo governo do presidente Michel Temer, que anunciou um pacote de medidas antipopulares com o objetivo de solucionar a situação de estagnação econômica vivenciada pelo país.

Considerações finais

Ao nos apoiarmos na proposição de que as classes se expressam em movimentos sociais e que estes remetem às classes, buscamos sustentar a hipótese de que é pertinente pensar os movimentos liberais e conservadores enquanto “movimentos-apoio” das frações burguesas que disputam posições no interior do bloco no poder, uma vez que estas não se organizam em movimentos, mas, por outro lado, podem se valer deste apoio político-ideológico.

Alguns elementos que acreditamos dar fôlego à nossa hipótese, consistem no fato de que uma das principais bandeiras defendidas por esses movimentos - a luta contra a corrupção³ - na

³ Boito Jr. (2017), caracteriza a corrupção como uma ideologia do Estado capitalista, uma vez que no capitalismo a divisão entre recursos públicos e privados ocorre apenas no âmbito formal. Neste sentido, os elementos que dão

prática é empreendida de forma seletiva, pois não abrange todas as classes ou grupos políticos, mas, principalmente, os identificados com os trabalhadores, como tem sido o caso do Partido dos Trabalhadores (PT); outro fator importante, diz respeito às bandeiras defendidas pelo MBL e VPR que tocam em parte dos interesses dos setores das classes médias que serviram de base social ao processo de *impeachment*, culminando no fim precoce do segundo mandato de Dilma Rousseff, mas vão ao encontro, sobretudo, dos interesses das frações burguesia que foram as mais beneficiadas com o conjunto de reformas “pró-mercado” coladas em pauta pelo atual governo federal.

Referências

BARBOSA, Jefferson R. *Protestos da direita no Brasil contemporâneo: think tanks, grupos empresariais, intelectuais e aparelhos orgânicos da burguesia*. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.20 n.36, p.151-165, jan./jun. 2016.

BOITO Jr. Armando. *A corrupção como ideologia*. *Crítica Marxista*, n.44, p.9-19, 2017.

_____. Neoliberalismo e relações de classe no Brasil. *Ideias*. Campinas. 9(1): 13-48, 2002.

CAVALCANTE, Sávio. “Classe média e conservadorismo liberal”. In: CODAS, Gustavo; KAYSEL, André; VELASCO E CRUZ, Sebastião (orgs.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.

CHEQUER, R.; BUTTERFIELD, C. *Vem Pra Rua: a história do movimento popular que mobilizou o Brasil*. São Paulo: Matrix, 2016.

DATAFOLHA. Protestos sobre aumento na tarifa dos transportes II. (18/06/2013). Disponível em: <http://www.datafolha.folha.uol.com.br>. Acesso em: 15 de mai. 2017.

GALVÃO, Andréia. *Marxismo e movimentos sociais*. *Crítica marxista*, Campinas, n. 32, p. 107-126, 2011.

MACHADO, Eliel R. Contribuições para uma teoria marxista dos “movimentos sociais”. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.19 n.35, p.54-64, jul./dez. 2015.

_____. Notas para uma tipologia classista dos “movimentos sociais”. 2017, no prelo.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. *Manual de instruções para filiais municipais*. 2015

origem a corrupção são eles mesmos ideológicos. A saber: a igualdade jurídica entre o proprietário dos meios de produção e o produtor direto e a abertura dos postos do estado aos cidadãos (igualdade jurídica formal e abertura das instituições). A classe média, por sua vez, possui uma relação homogênea com a bandeira da luta contra a corrupção, percebida como o grande mal da sociedade, resultado da sua condição econômica e da ideologia meritocrática que a caracteriza. Uma vez que a corrupção atenta contra a burocracia do Estado Capitalista, organizado, formalmente, com base na competência exigida para cada cargo e função (hierarquia de dons e méritos), ataca ao mesmo tempo um local de reprodução das classes médias.

POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

SAES, D. *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.